



**PROCESSO TC nº 03.748/22**

**RELATÓRIO**

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Paraíba Previdência, **Sr. José Antonio Coelho Cavalcanti**, concedendo Pensão por morte da servidora **Sra. Marivalda Xavier dos Santos Teixeira**, matrícula nº 79.416-3, Médico Veterinário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, tendo como beneficiário o **Sr. Paulo Eduardo**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Conselheiro - Relator**

**VOTO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão ao **Sr. Paulo Eduardo**.

É o voto!

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Conselheiro - Relator**



## 1ª Câmara

Processo TC nº 03.748/22

Objeto: Pensão

Beneficiário: **Paulo Eduardo**

Servidor (a): *Marivalda Xavier dos Santos Teixeira*

Órgão: **Paraíba Previdência**

Gestor Responsável: **José Antonio Coelho Cavalcanti**

Procurador/Patrono: **Não há**

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1058/2022

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 03.748/22**, referente à concessão de Pensão por morte da servidora *Sra. Marivalda Xavier dos Santos Teixeira*, matrícula nº 79.416-3, Médico Veterinário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, tendo como beneficiário o **Sr. Paulo Eduardo**, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria – P – Nº 169], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

**Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.**  
**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

**João Pessoa, 02 de junho de 2022.**

Assinado 3 de Junho de 2022 às 11:23



**Cons. Antônio Nominando Diniz Filho**  
PRESIDENTE

Assinado 3 de Junho de 2022 às 09:25



**Cons. Antonio Gomes Vieira Filho**  
RELATOR

Assinado 3 de Junho de 2022 às 09:45



**Elvira Samara Pereira de Oliveira**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO